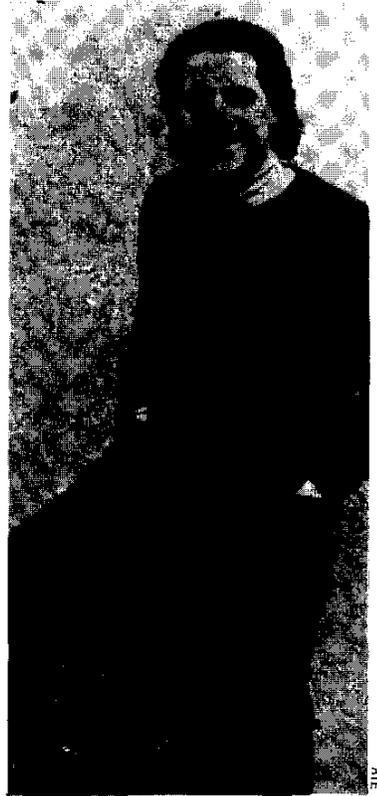


Partidos, Estado



Poulantzas: brilhante e indagador

e movimentos sociais

O impacto produzido pelos livros de Nicos Poulantzas foi enorme. E não apenas na Europa: as traduções de seus livros tiveram ampla difusão na América Latina e particularmente no Brasil. O Poulantzas que influenciou as novas gerações de sociólogos e cientistas políticos foi principalmente o do livro *Pouvoir politique et classes sociales*, marcado pelo althusserianismo. A taxonomia invadira o marxismo, tornando-o próximo de certas versões do estruturalismo moderno.

Entretanto, num espírito inquieto como o de Nicos Poulantzas, aberto à participação política e atento aos movimentos da história, já se presentia a crítica ao formalismo do

novo marxismo que veio a ser realizada em *Fascisme et Dictature*, e que seria aprofundada nos seus últimos livros, *L'état, le pouvoir et le socialisme* e *La crise de l'état*.

O trágico suicídio de Poulantzas, em 1979, deu-se quando ele estava em plena forma intelectual. Nas últimas entrevistas que concedeu, principalmente à revista *Dialectiques*, nº 28, em 1979, vê-se a riqueza das suas novas interpretações.

Nos artigos que seguem, Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira retomam os pontos pertinentes desta entrevista para, a partir deles, ampliar o debate sobre a questão dos partidos no Brasil.

Poulantzas e os partidos do Brasil

Em entrevista concedida à revista *Dialectiques* em 1979, Nicos Poulantzas colocou algumas questões que, embora não sejam novas no debate brasileiro sobre os partidos políticos, são penetrantes e têm atualidade. Não é o caso de reproduzir na íntegra o texto, mas vale a pena ressaltar alguns pontos centrais. E vale não só porque em si mesmas as colocações são interessantes, mas porque vêm de um autor cuja influência entre os sociólogos e cientistas políticos de esquerda na América Latina foi enorme.

Só que esta influência decorreu mais do Poulantzas "althusseriano" do que do Poulantzas dos cinco anos anteriores a seu lamentável suicídio, período no qual reviu seu pensamento.

Para começar, Poulantzas polemizou com o próprio Althusser e com o dirigente político e intelectual comunista italiano Pietro Ingrao, sobre a ação do Estado e sua relação com os movimentos sociais. Vale uma citação mais longa:

Ninguém duvida, portanto, que se assiste atualmente a uma nova etapa deste processo, a saber, a presença direta do Estado no próprio coração da produção da mais-valia e da reprodução da força de trabalho (consumo coletivo, saúde, habitação, transportes etc.). A extensão prodigiosa das funções do Estado compreendendo seu alargamento na direção dos domínios do saber e da ciência, a concentração do saber e do poder não são mais do que indicadores deste processo. Assiste-se assim a toda uma reformulação dos espaços do público e do privado, do político e do econômico e social, a uma modificação considerável de sua articulação (o que coloca, entre outras, a questão de uma nova articulação de suas organizações respectivas, partidos e sindicatos). Esta presença de redes estatais no "cotidiano" conduz com efeito ao que Ingrao designa como a politização do social.

Ao ler estas frases sente-se o eco de questões caboclas: quantos de nós repetimos, à saciedade, que a separação entre "público" e "privado", entre a "sociedade política" (o Estado) e a "sociedade civil" (o mercado e as classes) é velha? Conseqüentemente, nem a visão liberal da política nem a ortodoxamente marxista (ou a neo-ortodoxa, do marxismo liberalizado pela leitura apressada de Gramsci) dão o salto que a análise da política contemporânea requer.

Não obstante, no debate e na prática política brasileira insiste-se em pensar os partidos e os movimentos sociais à luz da teoria política do capitalismo concorrencial e da visão liberal, que (em teoria) minimiza as funções do Estado e maximiza a força que as organizações da sociedade civil têm para regenerar o homem dos pecados do poder.

A politização do social

Poulantzas percebeu os riscos da tentativa de um ajuste de contas com a temática contemporânea que simplesmente ressaltasse, diante do Estado-Moloch, o pampoliticismo do social. Aceitou que houvesse uma politização do social e do cotidiano postas como necessárias pelo próprio encavalamento da sociedade e do Estado, mas:

À condição, sempre, de não se perder de vista os limites da extensão atual do Estado . . . que colocam igualmente fronteiras a esta politização do social. Limites estes que, ao que parece, perderam Ingrao e Althusser, cada um por seu turno. Ingrao, quando parece entender por politização uma "inclusão" exaustiva, possível, às vezes desejável, do social-privado no Estado-síntese da política.

Althusser, que critica Ingrao por esta concepção da politização do social, considerando-a como uma "politização burguesa" (o político), mantendo ele pró-

Certas
colocações de
Poulantzas
fazem lembrar
nossas querelas
caboclas

prio a possibilidade de uma outra política, proletária neste caso, mas situada radicalmente "fora" do Estado (a política), num fantasmagórico lugar-inexistente.

Para Poulantzas, em ambos os casos dá-se um pampoliticismo generalizado (a politização exaustiva do social *no interior* do Estado, para Ingrao, e a politização proletária fora do Estado, no caso de Althusser).

Ora, observa nosso autor, toda luta de classes, todo movimento social (sindical, ecológico, feminista, regionalista, estudantil etc.) situam-se forçosamente no terreno estratégico que é próprio do Estado. *Uma política proletária não pode estar situada fora do Estado, assim como uma política situada no terreno do Estado não é, só por isto, forçosamente burguesa.* Dito isto, Poulantzas recorda que para os marxistas (e se indigna de que hoje em dia seja Foucault quem se recorda disso) existem limites à concepção do Estado como o engolidor da política:

É precisamente na medida em que as lutas de classe e os movimentos sociais desbordam sempre e de longe o Estado - mesmo que este seja concebido em sentido lato (inclusive compreendendo os aparelhos ideológicos do Estado) -, na medida em que nem tudo é político ou em que a política não é a única dimensão de existência do social, que existem, de fato, limites à expansão do Estado.

Modos de ver o Estado

Não é preciso citar mais para que se veja que Poulantzas pôs o dedo na ferida. Estamos nos debatendo no mundo contemporâneo (e o Brasil, *helas*, é parte dele) com este dilema: uns não vêem senão o Estado (em geral a direita e os ortodoxos da esquerda); outros não enxergam um palmo adiante da politização do social fora do Estado (em geral a nova esquerda, cristã ou anarquista).

Poulantzas clama pela redefinição dos termos da antinomia. E eu concordo com ele: assim como é ossificada a visão estatizante do processo social, mesmo porque a política se derrama por cima dos muros do Estado e flui à sua base, é ingênua a visão "esquerdista", dos que colocam todos os ovos na cesta de uma idílica "sociedade civil", que, na verdade, não pode existir senão entremeada pela rede dos tentáculos estatais.

Para que o leitor não se equivoque é melhor dar nome aos bois. A velha esquerda e a politicagem tradicional fazem seu circuito vital entre os Partidos e o Estado, deixando à margem a sociedade e os movimentos sociais (salvo na hora da cata ao voto). Em contrapartida, o gênero de política de certos setores "puros" das oposições sindicais ou de correntes esquerdistas do PMDB e do PT (que se engalfinham e se esfalfam correndo atrás de cada tremor da sociedade civil e não colocam as questões reais e concretas da organização do Poder e do Estado) é incapaz de articular lutas que levem de fato a politização das massas a encontrar-se com o enigma do Poder.

No máximo tropeçam com a Administração. Pedem mais calçamento, luz e esgoto (temas e demandas importantíssimos para a vida do povo, sem dúvida), e imaginam que com isto põem em xeque o Estado.

Este, que no capitalismo avançado é dinâmico e não imobilista, deslancha políticas que, ao serem exercidas, desarmam o vigor político-oposicionista (veja-se a Administração Reynaldo de Barros e acompanhe-se o crescimento do prestígio do prefeito na periferia . . .).

Dando um passo adiante em sua análise, Poulantzas se joga contra a "concepção essencialista do Estado". Esta vê o Estado como um bastião inexpugnável, como uma "máquina" à disposição das classes dominantes.

O Estado, enquanto "instrumento" das classes dominantes, aparece como um bloco monolítico diante do qual ou bem as massas populares se integram e contaminam-se com a peste burguesa que o infesta, ou situam-se radicalmente fora de seus muros, puras, em busca de sua consciência-de-classe por-si (o Partido).

Neste caso a política da esquerda deveria penetrar no castelo fortificado a partir do *exterior*, assaltando-o ou cercando-o pela guerra de movimentos. Em resumo: sempre através de uma estratégia frontal do tipo *double pouvoir*. O Partido é sempre o anti-Estado que constituirá os soviets que destruirão aquele.

Será preciso, neste caso, dar nome aos bois? Quanto da visão dos partidos brasileiros repousa nesta concepção? Talvez se tenha substituído Lênin. Mas por um Gramsci que quando deixa de ser lido à la liberal (o Gramsci do consenso e da legiti-

midade) vira o estrategista militar, o do assalto ao Poder, e, às vezes, também à Razão. Poulantzas substitui esta visão por outra:

O próprio Poder não é uma essência qualificável, mas uma relação. O Estado é propriamente constituído pelas contradições de classe que, sob forma específica, tornam-se contradições internas a ele (. . .). O que é decisivo na tomada de decisões políticas não é o que ocorre antes ou adiante do Estado. E o que ocorre no seio do Estado. Mais do que raciocinar em termos de "no interior" ou "de fora" (do Estado) é preciso raciocinar em termos de terreno e de posições estratégicas: as lutas populares, sob seus aspectos políticos, situam-se sempre no terreno do Estado.

Neste passo haveria muito o que comentar e, possivelmente, restringir. É óbvio que a noção de Estado de Poulantzas não se limita à máquina burocrática e ao controle político que as classes dominantes exercem sobre ela. Está incluída a noção de "aparelhos ideológicos do Estado".

Mesmo assim, embora aceitando a crítica ao essencialismo e à visão da destruição do Estado pelo assalto "de fora", se não se lêem estas observações junto com o que antes foi dito (que a política *não se limita* ao Estado) pode-se passar do pampolitismo ao pan-estatismo, que eu não subscrevo.

Mas vale a ressalva de Poulantzas: a substituição de Lênin por Gramsci, na concepção do Partido, do Estado e da Política, com o uso e abuso do conceito de hegemonia "fora do Estado" como pré-condição para tomar o Estado (que no Brasil se tornou habitual depois da crise da "esquerda revolucionária"), não resolve, por si, a intrincada questão de como relacionar os Partidos (revolucionários e mesmo reformistas) com o Estado.

Reflexões sobre a democracia

Poulantzas criticou, conseqüentemente, certas concepções eurocomunistas: o Estado não é apenas uma *relação* (mesmo de classes). Ele possui também uma materialidade específica de *aparelho* que não se muda mudando-se apenas as relações de classe. Há que reivindicar, portanto, e aqui cabe, a autonomia da organização da classe trabalhadora e das massas populares. Caso contrário ela se dissolveria ou se confundiria com a objetividade do aparelho estatal.

Daí a temática, necessária, do controle direto das decisões pelas bases, as experimentações com as formas das revoltas populares e dos movimentos sociais etc.

Tudo isto há de constituir tema de reflexão, pois estas lutas e movimentos, em sua especificidade e em seus alcances, desbordam os limites das instituições da democracia representativa.

A esta altura de suas reflexões Poulantzas envereda diretamente em questões que são cruciais para quem hoje pensa no problema dos partidos no Brasil. Com efeito, e sem que se necessite de muitas explicações, a "crise dos partidos" a que se refere Poulantzas não é algo que vitima esse tipo de organização apenas na esquerda ou nos países de capitalismo avançado. Ela é geral.

Poulantzas recorda que já o austromarxismo, para escapar do dilema posto pelo confronto entre a concepção de partido da III e da II internacionais, tentou incorporar os movimentos sociais de democracia direta às instituições democrático-representativas. O resultado é conhecido: os movimentos sociais dissolveram-se nos meandros do Estado. Conclui o autor:

Eu me pergunto se e em que medida uma certa tensão irreduzível entre estes dois aspectos não é um risco a assumir e, mais ainda, se ela não forma parte integrante de uma dinâmica de transição ao socialismo democrático.

Não tenho dúvidas em repetir o que já escrevi e disse tantas vezes: é isto mesmo. Existe uma tensão irreduzível entre partido e movimento, instituições representativas e formas democráticas diretas, liderança institucional e emergência de lideranças espontâneas.

Até aí tudo bem: no vasto espectro brasileiro que vai do centro à esquerda (menos os ululantes, é claro), reconhece-se esta tensão e ela é saudada como positiva. Mas as conseqüências práticas daí decorrentes nem sempre têm coerência.

A toda hora volta-se a pensar num partido que fusione o movimento social com a política institucional. Isto é visível claramente no PT, existe em setores importantes do PMDB e de forma esmaecida aparece no PDT.

Subsiste, pois, o sonho do partido-germe-do-estado e do partido-condutor-de-massas, ou pelo menos do partido-canal-exclusivo das massas operárias.

Entre a velha esquerda e a politicagem, é melhor dar nome aos bois

Note-se que a presença generalizada do Estado na vida cotidiana, a politização do social e a necessidade da democratização do Estado levam à crise não só dos partidos de tipo comunista mas também dos partidos operários de massa (eurocomunistas, socialistas, social-democratas).

A ação repressiva do Estado, que também se generaliza e é correlata à ação econômica e social do Estado no capitalismo avançado, vem junto com a difusão de novas ideologias e de novas formas de legitimação do poder. E desnecessário exemplificar para o leitor brasileiro: aí está a doutrina da segurança nacional e aí estão os cantos de sereia do consumismo autoritário-oligopólico.

Só que (e a ressalva é essencial) a relação entre poder e mercado, entre Estado e sociedade civil leva a "um deslocamento mais geral dos procedimentos de legitimação, no bojo dos circuitos estatais, dos partidos políticos à administração do Estado". A par disso, os *mass media*, controlados crescentemente pela Administração, tornam-se os instrumentos reguladores da nova "legitimidade".

Será preciso exemplificar? Quem não vê na TV o "governo social" do sr. Maluf, o "**mercado popular**" **vendendo ilusões**? E quem vai aos magros comícios partidários?

Os partidos e o poder

A crise alcança os partidos que estão (estarão?) no poder. Tantas vezes já escrevi, analisando o autoritarismo local, o mesmo que Poulantzas escreve sobre a Europa, que pasma a similitude da crise, apesar das diferenças de situação.

É a Administração que sustenta os partidos no poder, não são estes que servem de base e dão legitimidade àquela.

Ou alguém duvida que o PDS capota e chafurda no desespero se o Governo não assume o casuísmo eleitoral?

E quem pensa que as classes dominantes, a Grande Empresa, o Irmão do Norte, o Establishment precisam do PDS para reproduzir a ordem vigente? No Brasil é claro que não. Poulantzas acha que nos países de capitalismo avançado também não. Neles, afirma,

... o discurso do tecnocratismo autoritário encontra na Administração um lugar privilegiado de emissão. ... Este papel da Administração influi por seu turno sobre o discurso ideológico domi-

nante: uniformização e canalização deste discurso, formas plebiscitário-populistas de consentimento aliadas ao hermetismo da linguagem dos especialistas.

Poulantzas não conseguiu resolver o impasse: diante da burocratização da vida, da forte presença do Estado, por um lado, e de movimentos sociais que por sua natureza são policlassistas (feminista, ecológico, estudantil, de consumidores etc.), os velhos partidos — mesmo, senão que principalmente os da esquerda — ficam entalados.

As soluções inovadoras, à la Pietro Ingrao, do partido-síntese dos movimentos sociais, correm o risco de não pegar. A espontaneidade do social escapa e, para captá-la, o partido dilui-se no populismo (por mais que os líderes "basistas" neguem o fenômeno).

As soluções tradicionais fazem água a olhos vistos. Daí a "tensão irreduzível" que é a confissão (não só de Poulantzas, minha também) de quem não vê bem a saída.

No caso brasileiro — como no de países do mesmo tipo — há agravantes. Aqui, nem no passado chegamos sequer a ter partidos modernos (com programa, máquina, militância e utopia, à la Cerroni). E eles existiram nos países que se formaram à sombra do capitalismo competitivo (com a ideologia liberal de Estado, a separação entre este e a sociedade civil, os sindicatos autônomos e os partidos de classe). Existiram no passado mesmo em *nuestra América*: é só ver o caso do Chile e, até certo ponto, da Argentina.

Fica, pois, a dúvida: será que nos países sem tradição partidária, que se industrializam e crescem economicamente sob o ímpeto da internacionalização da produção, formando um sistema oligopólico dominado pela Grande Empresa, pela Empresa Estatal e pelas Burocracias, ainda cabem partidos "à la européia"? Poulantzas arrisca a hipótese da "americanização" da França.

Há tempos Francisco de Oliveira e eu vimos falando da "americanização da política brasileira (a sociedade de massas, os comitês eleitorais). Sabemos que não é bem o caso. Não existe o botim do Estado pelas máquinas partidárias (o *spoil-system*), porque estas não existem. Existe só a máquina do Estado. Pior a emenda do que o soneto: existirão comitês eleitorais sem continuidade na entressafra eleitoral.

Algumas perguntas

Eu sei (e como!) do esforço em marcha para dotar alguns dos partidos atuais (PMDB, PT, PDT) de caráter moderno-europeu. Militância, bases, convenções, programas.

Tudo isto existe. Existe até certa democracia interna. Mas: que relação há entre os partidos e o Estado? Ou entre eles e o círculo mais amplo da sociedade?

Será que não fazemos tempestades em copos de água e julgamos que o que apaixona o "público interno" dos partidos comove a massa, quando esta, de fato, só se move ao impulso do mercado e da TV? Será que mesmo a greve (eu seria o último a negar a grandiosidade e a importância de muitas delas) não é um "fato isolado", virtuoso, de luta, mas longe demais da política para ser germe da regeneração?

Cautela, pois. Convém não esquecer que o país que foi berço do capitalismo oligopólico e é pai do proletariado moderno (os EUA) matou no nascedouro, nos anos 20 e 30, o ímpeto de um grande movimento operário.

Barbas de molho, porque o capitalismo que aqui impera (onde ele impera) é o ianque da segunda metade do século XX. Difícilmente ele será parteiro de uma sociedade que floresceu na Europa até o fim da primeira metade deste século. Lá, a crise dos partidos está ligada à emergência da nova fase do capitalismo. Aqui, os "novos partidos" nascem quando já há a "nova sociedade" do capitalismo oligopólico. Serão eles de fato "novos", ou representam apenas ilusões dos que organizam seu pensamento, suas expectativas e seus sonhos a partir da crença de que algum dia o Brasil será como a Europa foi no passado?

Novos Estudos Cebrap
SP.v.1,2,p.3-7.abr.82



Chico Caruso

FRANCISCO DE OLIVEIRA

Da paixão de Poulantz

Na crítica contemporânea aos partidos políticos aceitam-se, geralmente, sua desatualidade, seu descompasso com as novas estruturas sociais e sua capacidade de representar interesses de crescente complexidade. Como decorrência, aponta-se para a necessidade do surgimento de novas formações partidárias que preencham todos os requisitos da teoria política e, mais, dos nossos próprios anseios sobre o partido com que sonhamos. Desde o "verdadeiro" partido da classe operária, em que depositamos nossas esperanças, até aquele também "verdadeiro" partido da burguesia,

**Poulantzas
puxou
o tapete da
discussão,
sepultando
heróis e vilões**

sem militares e tecnocratas, para "sabermos" contra quem estamos combatendo. Para "vermos" o rosto dessa burguesia — que nem mais a revistas de escândalos concede comparecer. Para construir nossa identidade na dialética do espelho: ou mirando nossa antítese, ou Alice no País das Maravilhas, entrando esquerda e virando direita e vice-versa.

Nicos Poulantzas, esse grego que reeditou com sua morte voluntária a tragédia que seus — e nossos, muito nossos — ancestrais criaram, também procedeu tragicamente no terreno da teoria.

Ante o destino implacável da realidade dos partidos, respondeu com aquele definitivo desafio em que consiste a tragédia. Enfrentando-se quase consigo mesmo, dos tempos de sua aliança teórica com Althusser, sepultou heróis e vilões, puxou o tapete da discussão, deslocando-a das velhas trilhas, para submeter o Destino à interrogação grave da História.

Em uma última entrevista, resumiu e aprofundou reflexões que já estavam em *L'état, le pouvoir et le socialisme*, guardando, ainda, um fio de compromisso com o passado da Questão partidária:

. . . eu não creio que estejamos, exatamente, como às vezes se diz (Balibar, especialmente), perante uma crise da "forma partido": falar dessa forma me parece tão inexato quanto falar da "forma Estado". Trata-se, na verdade, de um lado, de uma crise do "sistema" dos partidos políticos relacionada com as novas realidades econômicas, com a crise atual do Estado e com sua nova forma de estatismo autoritário: crise de que participam, de um lado, os Partidos Comunistas da Europa Ocidental. E, por outro lado, se trata de uma crise dos próprios partidos da classe operária nos países do capitalismo avançado.

A crise existe

Meto o meu bedelho para achar que é correto falar de uma crise da "forma partido", também. Do contrário, permaneceremos sempre tentando construir "O Partido". Essa crise é uma decorrência das mudanças no Estado e na sociedade civil (Poulantzas prefere falar nas "relações sociais de produção"), que afetam gravemente o recorte entre o "público" e o "privado".

A teoria do partido político no capitalismo nasce no momento em que se reco-

nhece que o "público" é uma *condensação autônoma* da luta de classes "privada". Indo mais longe, com Rousseau, o geral não é a soma dos interesses particulares e pode ter, e geralmente tem, até sinal contrário.

Ora, o partido como forma da gestão dessa relação entre "público" e "privado" não pode permanecer imune à redefinição desses termos. Como a forma de representação de interesses privados (sociedade civil) que se fazem gerais (no Estado), não pode deixar de entrar em estado pré-comatoso.

É o Estado como *relação* o cerne do problema, cujo estatuto teórico é o mesmo da mercadoria (para a teoria marxista, diga-se logo). No capitalismo oligopolista, ele *financia* simultaneamente a exploração da mais-valia e a reprodução (gastos sociais) da força de trabalho.

Sublinho a palavra *financia*. Esta é a diferença crucial entre o capitalismo competitivo e o capitalismo oligopolista. Ela enfatiza a necessidade do estabelecimento de uma periodização, última reprimenda de Poulantzas a Althusser.

Ao estar presente no financiamento da contradição, o Estado a transforma: tanto o que se considerava como sua "natureza", seu caráter de classe, quanto seus limites, também mudam. E isto é radicalmente distinto da concepção "essencialista" do Estado, contra a qual se insurge Poulantzas.

O Estado como *relação* surge na medida em que os fundos públicos — a riqueza social — intervêm agora na reprodução de cada capital particular, e não apenas funcionando como "condições gerais" da produção. Nessa medida, se destrói a anterior sociabilidade da competição intercapitais. De criador, a burguesia passa a criatura.

Mesmo correndo o risco da simplificação, é impossível não perceber que a forma da representação de interesses *já* não pode ser a mesma. E isto é o que interessa no plano da política. Essa é a matriz do que Poulantzas chamou de "estatismo autoritário". O Planejamento ou a Administração é a forma da política por excelência e a burocracia seu agente.

Crítica vesga

Por último, como aviso aos navegantes, restaria dizer que essas transformações não decorrem de nenhum automatismo "eco-

nômico". São o resultado da luta de classes e da utilização que a burguesia fez do Estado para deter as crises.

De outro lado, o financiamento da produção da força de trabalho através dos gastos estatais também opera na redefinição do Estado como relação. Desde logo, é a outra cara do mesmo processo de sustentação da exploração. E desde logo, também, não é um resultado "a frio", senão sob o fustigamento permanente das classes trabalhadoras nos países mais desenvolvidos.

A crítica vesga insiste em pensar que esses gastos são *apenas* concessões, para corromper a classe operária com benesses que lhe minariam o ímpeto revolucionário. Mas os gastos sociais *negam* o caráter de mercadoria da força de trabalho. Reduzem a base social da exploração, limitam o campo de atuação da lei do valor.

Esse é o caminho para o entendimento do núcleo da contradição no capitalismo oligopolista, e não o que muitas vezes se tenta encontrar: uma *tendência estatística* de queda nas taxas de lucro e redução dos salários. E essa complexa contradição que está no núcleo da crise nos países capitalistas mais desenvolvidos, que o furor de Reagan, o *cow-boy* septuagenário, põe a nu.

A crítica da esquerda sobre a social-democracia e o New Deal rooseveltiano deveria pôr o acento no caráter *limitado* das políticas keynesianas do Estado do Bem-Estar, e não sobre sua adoção como "corrupção" da classe revolucionária.

Entre nós, a burguesia já abandonou o partido como "forma" de sua representação de interesses. Aliás, lá também. Qual é a diferença que se produz na Administração entre republicanos e democratas nos Estados Unidos? E, um pouco menos radicalmente, entre a "virgem de ferro" da Inglaterra, Mrs. Thatcher, e seu antecessor imediato, talvez o "cavalheiro de sabão" Mr. Callaghan do Partido Trabalhista?

No Brasil, existe um partido do Governo e não o Governo de um partido, expressão dessa crise da representação burguesa, de que os casuísmos são a bruxaria da impotência.

"Nossos" burgueses estão assentados nos Conselhos. Interessa-lhes constituir seus *lobbies* tanto para administrar preços e mercados, quanto para conseguir os contratos governamentais. Comparecem ao "beija-mão" natalino do ministro do Planejamento.

O Parlamento?

— *É muito bom, baixo teor de nicotina e sabor agradável.*

— *Ah, mas de que estavam falando? Pensei que era do cigarro Parliament.*

As artes do mago Golbery esvaíram-se na impossibilidade de uma representação burguesa através de partidos. Preso, ele também, à teorização convencional, reformou os partidos, não para que algum deles chegasse ao Governo, mas para destruir a maciça oposição e contornar os vendavais plebiscitários das eleições.

Criou-se o Partido Popular nessa reforma. Cheio de banqueiros, "oposição confiável". Partido burguês não apenas dos sonhos de Merlin, mas também dos nossos: "afinal nossa antítese", frase quase tão de enlevo quanto a antiga "enfim sós" dos tempos do matrimônio como clímax do romance.

Resistiu pouco, menos que o tempo do piscar de olhos. No fundo, não passava de namoro entre nós mesmos, como fazemos também nos atos públicos da praça da Sé...

Na hora H, o anúncio da "nacionalização" do Projeto Jari: que piscou mais e balançou mais os corações de alguns grandes burgueses desta terra que as desventuradas aventuras do Quixote que é também Ulisses e seu escudeiro Tancredo que é também Sancho...

A formação e constituição das classes sociais não-proprietárias, dominadas, componentes da "sociedade civil", sofrem decisivas mutações no processo de concentração e centralização do capital, e na metamorfose do Estado como relação.

Há um *assalariamento abrangente*, desde as antigas profissões liberais até o operariado, o que constrói a plataforma de um amplo denominador comum na estrutura social. Mas as formas desse assalariamento favorecem mais a cissiparidade corporativa que a unidade de classe.

Em segundo lugar, é forçoso chamar a atenção para alguns gastos sociais que dificilmente podem ser atribuídos a uma vigorosa reivindicação das classes trabalhadoras. São muito mais um aspecto das políticas do ciclo econômico.

O Funrural, por exemplo, e o crescimento da Previdência Social não podem ser ingenuamente atribuídos à força do campesinato nem do operariado. Mas a forma em que se dão esses gastos revelam precisamente *seu caráter não imposto pela*

Estamos falando do Parlamento ou do cigarro Parliament?

Os sindicatos de "carimbo" são o refúgio das velhas oligarquias

luta de classes e sua natureza de verdadeiros componentes da política "keynesiana" do Estado brasileiro.

O Funrural propiciou a criação de milhares de sindicatos de "carimbo", que são o refúgio das velhas oligarquias. A ampliação da Previdência Social é a contrafação dos gastos sociais, pois que se dá pela "privatização" da assistência médica.

A ampliação das classes médias no Brasil resulta menos da concentração do capital — onde funciona como "trabalho técnico" — e mais da centralização e da simultaneidade internacionalização/oligopólios. E, no Estado, da expansão dos gastos sociais e do planejamento como forma de conflito de classes.

Isto que seria o anúncio do futuro — pois a tendência é a da transformação de todo trabalho em trabalho intelectual — aparece como a corporativização de seus vários segmentos, de seus vários "ofícios". Por isso, têm também a forma de "movimentos" e não de "classes".

Exército de Brancaleone

Os salários e ordenados das classes médias têm determinação distinta da dos salários das amplas massas de trabalhadores manuais. Resultam de pactos no interior das grandes organizações burocratizadas, empresariais e do Estado. Como "exército de Brancaleone", não ameaçam o capital do ponto de vista da produção do excedente. Podem, no entanto, ser conjunturalmente estímulo ou obstáculo à acumulação, pela importância que seus salários têm na demanda agregada.

Essa dupla determinação torna-as massa de manobra nas políticas para o ciclo econômico, auge ou depressão, estabilidade ou inflação, conforme se viu recentemente no Brasil.

A política salarial de combate à inflação "achatou" os salários médios, sem que nenhuma organização ou grupo de classes médias tivesse poder para se opor. E ainda há "teorias" que acham que são os tecnocratas que governam.

Essa característica das classes médias é que as induz estruturalmente a uma projeção corporativa de seus interesses, desligando-as das classes trabalhadoras manuais e tornando-as vulneráveis à cooperação burocrática.

Nas classes trabalhadoras manuais ocorrem, simultaneamente, processos que *tendem* a fazer convergir, de um lado, os

interesses nos gastos sociais do Estado, e de outro, pelas razões da concentração do capital, uma ampliação sem paralelo do "exército industrial de reserva".

Esse "exército" não se mostra tanto no desemprego — que mesmo assim alcança, entre "aberto" e "disfarçado", algo como 20 por cento da população economicamente ativa. Mostra-se muito mais na desespecialização e na rotatividade.

A síntese dessa contradição se expressa no FGTS. Ele é, ao mesmo tempo, como fundo de garantia, uma ampliação do gasto estatal na reprodução da força de trabalho e um mecanismo de ampliação do "exército de reserva", ao financiar a rotatividade no emprego. E somente é isso, exatamente pela razão já apontada. Muito da ampliação dos gastos sociais é *principalmente* forma de política para o ciclo econômico, e sofre reversões na dependência dessa política, e não por influência dos trabalhadores, no Estado.

É essa complexa dialética que está presente na ativação em cena dos "movimentos sociais", mais que das classes. E há muito mais que uma homogeneidade dos "movimentos". Uns anunciam a ruptura da institucionalidade burguesa, pois nesta não cabem os movimentos feministas, o dos homossexuais, o ecológico, por exemplo. São movimentos-limite.

E outros expressam o estado de "plasma" das classes trabalhadoras manuais, tanto pela ampliação do "exército de reserva" quanto pela reivindicação dos gastos estatais (os movimentos por creche, água, esgotos, transporte, custo de vida etc.).

Essa estrutura tende a produzir subculturas políticas de *ghetto*. A forma da subcultura política das classes médias é a de uma *luta de reivindicações corporativistas, particularistas*, consensual e burocrática. É a da imposição ao Estado de suas reivindicações específicas, a rigor a transformação do orçamento público num orçamento de ofícios.

A medicina pública dá empregos e, ao médico, o desfrute do tempo de consultório. Aos professores, a discussão dos salários, antes do que saber o que fazer com as universidades. E salários que nada têm a ver — por exemplo, o dos professores universitários com o dos professores de 1º e 2º graus. Bastam esses dois exemplos.

Por essa forma, as classes médias radicalizam, na verdade, a "privatização" do

Estado e ampliam o fosso entre elas e as classes trabalhadoras manuais, embora o assalariamento abrangente pareça constituir-se em suporte para uma ação unitária de classe.

Fim de um ciclo

A forma da subcultura política das classes trabalhadoras manuais é o "batismo". O *ghetto* onde foram jogadas pela violência dos processos já descritos e pela exclusão da cultura política das classes dominantes tende a produzir uma atitude para a política que é igual à que se produz para a sobrevivência: a política do "mutirão". Tal como a construção da "casa própria" nos fins de semana, com os vizinhos e os compadres.

A política consiste em dar as costas ao Estado como relação, mas pode abrir-se às manipulações populistas do Estado como "aparelho". A "cara de pau" do governador de São Paulo quando diz que "fez" os conjuntos de Itaquera e o uso abusivo, literariamente chato, da primeira pessoa, do "eu", nas falas do general Figueiredo, são formas "basistas", pois saltam qualquer mediação. Assim como a recusa de significativas lideranças sindicais de assumir a luta pelo salário-desemprego, "pecado social-democrata". Na verdade, postura do *ghetto* que deixa o Estado entregue à... burguesia e seus sequazes.

E mesmo a "negociação direta" com a burguesia, sem a mediação do Estado — que é confundida na pobre literatura teórica sobre o sindicato com a "tutela" do Ministério do Trabalho —, é um dar as costas ao Estado como relação e revela a concepção "essencialista" do Estado como aparelho.

O resultado foi o de que não havia negociação possível, embora os "atores" históricos, burguesia e proletariado, estivessem frente a frente.

A crise da "forma partido" sugere que o partido político contemporâneo do futuro não seguirá nenhum dos figurinos do passado.

A fórmula leninista, do centralismo, fundada numa ruptura vanguarda-bases, na verdade introjeção no partido do proletariado da ruptura operada no plano da produção, não tem mais nenhuma validade. Assistimos ao fim do ciclo dos Partidos Comunistas.

Fora do poder, são apenas uma desatualidade incômoda — com a exceção do Par-

tido Comunista Italiano. E, no poder, apenas executores de um capitalismo de Estado, ali onde o capitalismo não havia cumprido sua função.

Hoje, estruturar partidos da vanguarda operária sobre a subcultura do *ghetto* é tentar imprimir vitalidade a uma concepção "privada" das classes sociais. Entre nós, o PT oscila entre uma envergonhada postura leninista e uma concepção de "partido de massas", nunca explicitada, mas claramente calcada na nova quantidade da classe trabalhadora e no "basismo" das reivindicações do *ghetto*, tomadas com expressões de "autonomia".

O PMDB repete o funcionalismo da segmentação, da corporativização e das subculturas, amalgamando maiorias sociais que são minorias políticas. A fórmula mais aproximada do partido-lobby, estilo Democrata americano. Incorpora acriticamente uma fração derrotada da burguesia nacional, confundindo essa incorporação com a concepção de "partido de frente". Na verdade, essa incorporação retira-lhe viabilidade estratégica, embora lhe dê imunidade institucional.

A tensão, assinalada por Poulantzas, entre movimentos sociais e partidos políticos não pode ser entendida como uma adequação funcionalista, de um sujeito histórico indeterminado. O partido político contemporâneo do futuro já existe sociologicamente no Brasil. Ponho *p* minúsculo propositalmente, pois serão os *partidos e não um partido*, e será um partido-fusão e não um partido-síntese nem "aparelho". Ele se escreve exatamente com as letras dos movimentos sociais que significam ruptura e ultrapassagem da institucionalidade burguesa.

Mas ele não será o funcionalismo da segmentação, da corporativização e das subculturas do *ghetto*, que, jacobinas ou moderadas, não importa, na verdade contemporizam com a anarquia soberana do capital. Para transformar essa tensão e levá-la mais adiante, recolherá a unidade posta pelo processo do assalariamento abrangente, mas negando a cissiparidade corporativista.

Apanhará os conteúdos do Estado como relação, para, trabalhando no interior dela, caminhar para sua dissolução. Que passa necessariamente pela abolição da propriedade privada. Trata-se, na verdade, da constituição de um amplo movimento para o socialismo.

Assistimos ao fim do ciclo dos Partidos Comunistas